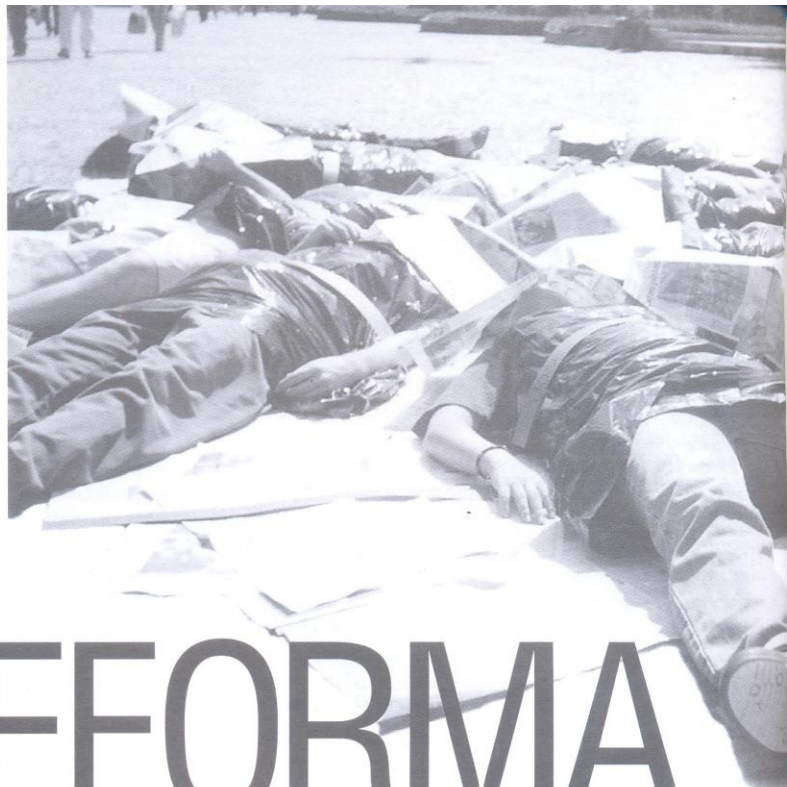


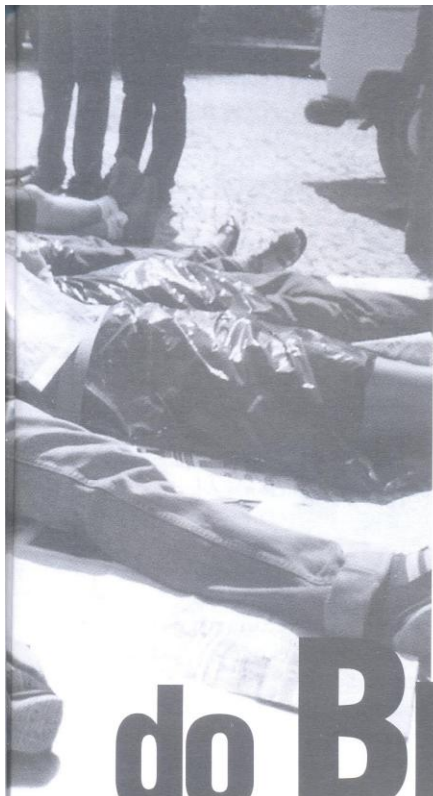
Em Piracicaba, jovens fazem protesto contra o "massacre de Carajás", quando a Polícia Militar do Pará matou 19 sem terra



A REFORMA

Trabalhadores sem terra em assentamento na cidade de Promissão (SP)





O Brasil possui leis e instituições suficientes para promover o acesso à propriedade rural para milhões de famílias sem terra no país. No entanto, questões políticas e a pobreza orçamentária praticamente paralisam o processo de reforma agrária brasileiro, tanto que o índice de concentração da terra nas mãos de poucos e grandes proprietários continua quase inalterado há mais de trinta anos, desde quando foram criadas as primeiras legislações e instituições que garantiriam a redistribuição fundiária no país.

do Brasil



Fotos: Arquivo gabinete vereador Antonio Oswaldo Storei

ARARIPE CASTILHO

O Brasil tem muita terra - são mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados. É o quinto maior país do mundo em extensão territorial, depois de Rússia, Canadá, China e EUA. De acordo com o estudo de Mapeamento e Estimativa da Área Urbanizada do Brasil, realizado pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), as concentrações urbanas cobrem apenas 0,25% (cerca de 21 mil km²) de toda essa terra. Ou seja, a área rural do país é imensamente maior. Claro que boa parte dessa imensidão é imprópria ou não pode, por motivos diversos, ser utilizada para atividades agrícolas. Somente a floresta amazônica, por exemplo, abrange 4,1 milhões de km², quase metade do território nacional. Ainda assim, o Brasil tem muita terra.

Ao mesmo tempo, também é farto o número de trabalhadores rurais sem parte que lhes cabe neste latifúndio. Há, pelo menos, 4 milhões de famílias sem acesso à propriedade rural no país, de acordo com estimativas da CPT (Comissão Pastoral da Terra) - entidade representante de movimentos camponeses do Brasil. Dados do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) mantido pelo Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), apontam que os 4.290.482 imóveis rurais cadastrados no país ocupam uma área de aproximadamente 418,4 milhões de hectares (cada hectare tem 10 mil metros quadrados). ■■■▶

Mas o SNCR também mostra que os minifúndios ocupam apenas 9,3% dessa área, apesar de representarem mais de 63,8% do número total de imóveis rurais. Isso significa pouca terra para muitos pequenos produtores. Já os latifúndios correspondem a menos de 2,6% dos imóveis e ocupam 51,3% da área total: muita terra para poucos proprietários.

As tentativas de promover uma reforma agrária no Brasil não são de hoje, mas, até hoje, pouco se avançou nesse sentido. O Estatuto da Terra, primeira legislação que garantiria iniciativas de redistribuição de áreas rurais, foi assinada pelo presidente militar Castelo Branco, em 1964. No mesmo ano eram criados o Inbra (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária)

e o Inda (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário), que mais tarde seriam unificados para dar origem ao Incra. Mais de 40 anos depois, apesar de governos divulgarem números e mais números de beneficiados em programas de assentamento - cerca de 970 mil famílias desde 1970, segundo dados atribuídos ao Incra -, cálculos do próprio instituto demonstram que a maioria das terras ainda permanece nas mãos de poucos.

Conforme pesquisa sobre "A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária no Brasil" elaborada pela USP (Universidade de São Paulo) e o MAD (Ministério do Desenvolvimento Agrário), em 1972 o Índice de Gini da distribuição de terra no país (que varia de zero a um, e quanto mais próximo

de um, maior é a concentração de propriedades) era 0,836; no final da década de 90 o índice estava em 0,843. Com tudo isso, e com as pressões de grupos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o que impede que a distribuição de propriedades rurais seja aplicada de forma mais incisiva no país?

Para Gerd Sparovek, professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP) e coordenador de dessa pesquisa nacional sobre a qualidade dos assentamentos, a reforma agrária no Brasil conta com aparato institucional e legal suficientes para sua realização. "Os limites para que ocorra uma reforma agrária mais expressiva são políticos e orçamentários, mas isto não é característica única da reforma agrária. Geralmente, projetos que levam à desconcentração da renda, das terras, das oportunidades de estudo superior são duramente combatidos pela minoria que as concentra", afirma.

O especialista em economia agrícola e professor da Unicamp, Pedro Ramos, também considera a "falta de vontade política" o principal entrave para "uma reformulação mais profunda da atual situação fundiária do país". Ramos participou da elaboração de um projeto de reforma agrária solicitado

Educação e atendimento às crianças são vistos como prioridade



José Luiz Sampaio

Sumaré: exemplo de luta

GEÓRGIA DAL RI E COUTO

A história do assentamento do MST de Sumaré I, um dos pioneiros no estado de São Paulo, é um exemplo do que aconteceu e continua acontecendo em muitos estados do país, em lugares onde trabalhadores rurais conseguiram voltar ao campo graças à luta do movimento.

Começa no final dos anos 70, quando um grupo de desempregados de origem rural, em razão dos impactos sofridos pelo processo de modernização da agricultura, une-se ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Os integrantes do grupo conseguiram, em 1983, ao ocupar, primeiro, uma área de 237 hectares pertencente à Fepasa

(Ferrovia Paulista S.A.), dar fim à carência e miséria em que se encontravam nas periferias das cidades da região. As 26 famílias selecionadas eram constituídas, em sua maioria, por trabalhadores da construção civil.

Após anos de luta e trabalho árduo, os moradores conquistaram mais espaço e companheiros. A segunda etapa do assentamento, Sumaré II, foi concluída e mais 163 hectares foram disponibilizados para mais 72 famílias.

Com a prática da agricultura de subsistência, cada família administra seu próprio lote de sete hectares, nos quais predominam as atividades agrícolas olerícolas (folhas verdes) e o cultivo de tomate, além da criação de galinhas para a produção de ovos e gado leiteiro.





Protesto e conscientização em manifesto de jovens

pelo atual governo federal ao ex-petista Plínio de Arruda Sampaio, mas esse plano nunca saiu do papel (texto a seguir). O professor da Unicamp e Sparovek concordam que o acesso à terra pode melhorar a qualidade de vida da população e que esses benefícios extrapolam os limites do campo.

Mas a afinidade de opiniões entre os dois especialistas pára por aí. Quando o assunto é um “modelo” de reforma agrária para o Brasil, eles seguem linhas ideológicas completamente dis-

tintas. Na visão de Ramos, é preciso acabar com a predominância do latifúndio: “Diminuindo o tamanho dos imóveis rurais, mais pessoas terão acesso à terra. Isso é óbvio”. Segundo ele, essa forma de distribuição não geraria colapsos em culturas como a soja e a cana-de-açúcar porque “nos Estados Unidos predominam as propriedades médias, de no máximo 500 hectares, e eles também têm uma agricultura muito eficiente”.

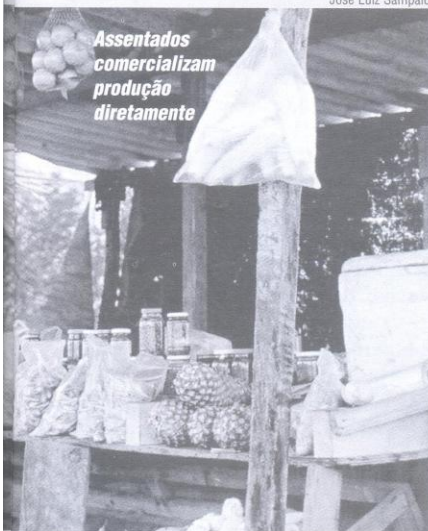
Ramos também avalia que no Bra-

sil é impossível a redistribuição fundiária “sem a intervenção incisiva do Estado”. Ele argumenta: “O Banco Mundial está apoiando a idéia de reforma agrária pelo mercado, com formas de financiamento e tudo mais. No entanto, o preço da terra no nosso país é muito alto. No Pontal do Paranapanema, por exemplo, um hectare custa R\$ 10 mil reais. Para uma família comprar 10 hectares vai precisar de R\$ 100 mil”, diz ele.

Já Sparovek não vê problemas nesses pontos, mas soluções. Para ele, não há sentido na discussão do latifúndio como algo contraditório à agricultura familiar, já que as duas coisas se complementam. “Essa abordagem maniqueísta não ajuda em nada a real compreensão da necessidade de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil”, considera Sparovek. Ele afirma que “a agricultura familiar precisa ser fortalecida como uma estratégia de desenvolvimento em locais onde isto faz sentido. O que não quer dizer necessariamente que a soja e a cana-de-açúcar devam ser substituídas por agricultura familiar”.

A avaliação de Sparovek sobre a reforma agrária pelo mercado também é favorável. O Crédito Fundiário é, segundo o professor da USP, um sinal de inovação dos métodos e estratégi-

José Luiz Sampaio



Assentados comercializam produção diretamente

A proximidade com o centro urbano de Sumaré - 6 km - é, sem dúvida um ponto importante. Afinal, facilita aos pequenos agricultores comercializarem sua produção, assim como buscar serviços básicos, como saúde e educação, entre outros. “Eu planto minhas coisinhas e vou vender lá no centro, é assim que ajudo minha família”, diz Misael Macedo, morador do Sumaré 1. “O bom de o centro ser perto é que podemos ter uma vida rural, que adoro, mas com as facilidades e oportunidades da cidade”, diz Fernanda Neves, estudante e moradora do Sumaré 1.

Mas nem tudo são flores, o assentamento dispõe apenas de água encanada, luz e rede telefônica. Não existem rede de esgoto, calçamento e postos de saúde. Existe um galpão comunitário em uma agrovila, onde se localizam as casas da maior parte dos assentados, dispostas em lotes de 0,5 hectare, e uma escola de nível básico, conquista importante das mulheres, que deixaram os problemas domésticos de

lado para lutar pelo bem da comunidade.

Segundo José Lourenço da Silva, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sumaré, mesmo depois de conquistada a terra, a luta não pára. Para ele a importância da reforma agrária para as famílias começa desde o acampamento onde já se pode plantar alguma coisa. “Foi difícil até conseguirmos, mas depois foi só alegria e muito trabalho. Conseguimos transformar nossas vidas. No momento que você está acampado, você já está em cima da terra, você pode plantar, colher”.

As famílias assentadas estão construindo toda a estrutura que um dia foi-lhes negada, as áreas de alimentação, saúde, educação. E o mais importante para todos os assentados é continuar lutando por uma vida melhor sempre. É o que afirma Antonio Alves, 46 anos. “Se tivesse que começar a luta amanhã, eu seria um dos primeiros comandantes. Só há vitória se tiver luta. Enquanto existir um sem-terra, serei sempre sem-terra”.



“Fora da realidade”: O ex-petista Plínio de Arruda Sampaio entregou ao governo Lula um projeto de reforma agrária que nunca saiu do papel

as. “Uma medida complementar à reforma agrária, que nada mais é do que um mecanismo de acesso à terra construído em bases conceituais diferentes das tradicionais”, classifica.

No papel

Quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República, em 2003, o ex-petista Plínio de Arruda Sampaio (atualmente no PSOL) recebeu uma importante missão do novo presidente do Brasil: elaborar um plano de reforma agrária alinhado aos interesses que o PT sempre defendeu. O projeto ficou pronto logo em abril daquele ano, mas nunca chegou a ser aplicado pelo governo federal. A reportagem da *Painel* conversou com Plínio por telefone.

Ele conta que a solicitação partiu diretamente do presidente Lula e que uma equipe de oito técnicos (inclusive o citado economista Pedro Ramos), 50 funcionários do Incra e representantes de movimentos sociais, foi montada para elaborar o plano, que propunha a fantástica meta de assentar 1 milhão de famílias em áreas desapropriadas até 2006, a um custo de R\$ 24 bilhões no período – R\$ 6 bilhões por ano com indenizações e programas de capacitação dos assentados.

Assim que entregou ao governo federal o documento com quase 60 pá-

ginas (encaminhado também a *Painel* por Pedro Ramos durante a reportagem), Plínio recebeu a resposta de que o plano era “fora da realidade”. Para Plínio, seu projeto de reforma agrária não foi posto em prática por “falta de vontade política”. “Não foi aprovado porque a quantia de R\$ 6 bilhões por ano ultrapassava o orçamento, porque o superávit primário que eles tanto defendem sugou R\$ 3 bilhões”, conta Plínio.

Ele também acredita que o agronegócio tenha reagido. “Por uma questão tática, a princípio, não iríamos mexer nesse vespeiro, mas no futuro, evidentemente, seria preciso enfrentar esse problema também”, revela.

Nova promessa

Depois de abrir mão desse projeto, o governo Lula apresentou aos movimentos sociais a meta de assentar 400 mil famílias até o final de 2006 (115 mil por ano), ou seja, menos da metade da proposta oferecida por Plínio e pouco mais que os 373.220 assentamentos realizados no período de 1995 a 1999, sob governo de Fernando Henrique Cardoso, de acordo com relatórios do Incra.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário anunciou recentemente o que chamou de “recorde histórico”: 127 mil famílias assentadas somente em 2005. No entanto, nos anos de 2003 e 2004, o governo ficou bem abaixo da meta, e soma até agora menos de 240 mil famílias atendidas; menos da metade do prometido. Além disso, o jornal *Folha de S. Paulo* de janeiro deste ano noticiou que uma lista divulgada “erroneamente” no site do Incra, com a data de criação dos assentamentos, dava a entender que o governo teria usado infra-estrutura de assentamentos anteriores à gestão Lula. Segundo o jornal, “para fazer cumprir a meta” de 127 famílias atendidas em 2005.

A assessoria de comunicação do Incra em Brasília informou, também por telefone, que o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o instituto “estão trabalhando com esforços redobrados para chegar a 400 mil famílias assentadas até o final de 2006”. Sobre



Economista Pedro Ramos em evento na Câmara de Vereadores de Piracicaba

a denúncia da *Folha* a assessoria afirmou que não comentaria o assunto.

Lula não foi o único a ter seus dados contestados. Quando o governo de FHC anunciou o assentamento de 373.220 mil famílias num período de quatro anos, o MST publicou nota dizendo que os números não correspondiam à realidade, e veículos de imprensa, incluindo a *Folha*, também noticiaram a hipótese de superestimação.

Erro histórico

O problema da má distribuição da terra brasileira tem raízes na época do descobrimento, quando Portugal criou as capitanias hereditárias e o sistema de sesmarias (grandes áreas distribuídas àqueles que quisessem cultivá-las, pagando em troca uma parte da produção).

Depois, na época do Brasil Imperial, o Estado distribuía propriedades país adentro para os nobres. Esses “erros históricos”, como os movimentos sociais de luta pela terra consideram essas iniciativas, apesar de tudo, tiveram uma função no passado: o desenvolvimento do interior do Brasil, áreas desabitadas e muitas vezes desconhecidas do território nacional.

Isso não justifica a permanência da situação, mas ajuda a compreender (não necessariamente aceitar) a dificuldade de transformá-la. ■